



Escola de Administração Fazendária



Receita Federal

Concurso Público - 2005\2006

Gabarito

4

TÉCNICO DA RECEITA FEDERAL

Prova 2

Área: Tributária e Aduaneira

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1- Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2- Verifique se o Número do Gabarito, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses números deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, **exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS.**
- 3- O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 4- Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“O grande segredo para a plenitude é muito simples: compartilhar”.
- 5- DURAÇÃO DA PROVA: **4h30min**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6- Na prova há **70 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 7- No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar seus limites.
- 8- Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9- Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10- Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 12- Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

Boa prova!

Escola de Administração Fazendária
Rodovia BR 251 Km 04 - Brasília-DF
www.esaf.fazenda.gov.br

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

01- A Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Será financiada também por contribuições sociais, mas não pela contribuição

- a) sobre os proventos de aposentadoria ou pensão concedidos pelo Regime Geral de Previdência Social ao trabalhador ou demais segurados submetidos a tal regime.
- b) sobre a receita ou o faturamento, relativo a operações de comércio interno, do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei.
- c) sobre o lucro do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, independentemente de ser sujeito também pelo imposto de renda.
- d) do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar, independentemente da incidência do imposto de importação que no caso couber.
- e) do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício.

02- Não está previsto, em caso algum, como segurado-empregado obrigatório da Previdência Social do Brasil

- a) o trabalhador contratado no exterior para trabalhar no Brasil em empresa constituída e funcionando em território nacional segundo as leis brasileiras com salário estipulado em moeda estrangeira.
- b) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado no exterior, em sucursal ou em agência de empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede e administração no País.
- c) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em empresa domiciliada no exterior, com maioria de capital votante pertencente a empresa constituída sob as leis brasileiras, que tenha sede e administração no País e cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no Brasil.
- d) o menor aprendiz, com idade de quatorze a dezoito anos, ainda que sujeito à formação técnico-profissional metódica, sob a orientação de entidade qualificada, nos termos da lei.
- e) o estrangeiro que presta serviços no Brasil a missão diplomática ou a repartição consular de carreira estrangeira, ainda que sem residência permanente no Brasil, e o brasileiro amparado pela legislação previdenciária do país da respectiva missão diplomática ou da repartição consular.

03- Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (V) ou (F), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência.

- () A contribuição da União para a Seguridade Social é constituída de recursos adicionais do Orçamento Fiscal.
- () Os recursos adicionais do Orçamento Fiscal para a Seguridade Social serão fixados obrigatoriamente na lei orçamentária anual.
- () A União é responsável pela cobertura de insuficiências financeiras da Seguridade Social, quando decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada da Previdência Social.

- a) F F F
- b) V V V
- c) F V V
- d) V V F
- e) F F V

04- Segundo a consolidação administrativa das normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais administradas pela Secretaria da Receita Previdenciária – SRP, deve contribuir obrigatoriamente na qualidade de “segurado-empregado”:

- () o diretor empregado que seja promovido para cargo de direção de sociedade anônima, mantendo as características inerentes à relação de trabalho?
- () o trabalhador contratado em tempo certo, por empresa de trabalho temporário?
- () aquele que presta serviços de natureza contínua, mediante remuneração, à pessoa, à família ou à entidade familiar, no âmbito residencial desta, em atividade sem fins lucrativos?

- a) Sim, sim, sim
- b) Sim, não, não
- c) Sim, não, sim
- d) Não, não, não
- e) Sim, sim, não

05- Preencha as lacunas com as palavras que lhe parecerem adequadas e escolha a opção que as contenha.

_____ da obrigação previdenciária é _____.

Como regra geral, quando a remuneração do segurado empregado, inclusive do trabalhador avulso, for _____ durante o mês, o salário de contribuição será a remuneração efetivamente paga, devida ou a ele creditada.

- a) Fato gerador – o salário de contribuição – reduzido ou majorado
- b) Base de cálculo – o limite mínimo e máximo do salário de contribuição – por causa das horas extras, maior que o normalmente pago
- c) salário de contribuição – o valor que serve de base para os benefícios – variável
- d) Alíquota – específica ou *ad valorem* – uniforme
- e) Base de cálculo – salário de contribuição – proporcional ao número de dias trabalhados

06- Assinale abaixo o item que contenha uma informação errônea, sobre a obrigação acessória da empresa relativamente à Previdência Social.

É obrigação da empresa

- a) inscrever, quando pessoa jurídica, como contribuintes individuais no Regime Geral de Previdência Social, mas só a partir de 1º de abril de 2003, as pessoas físicas contratadas sem vínculo empregatício.
- b) inscrever, no Regime Geral de Previdência Social, os segurados empregados, mas não os trabalhadores avulsos a seu serviço.
- c) elaborar folha de pagamento mensal da remuneração paga, devida ou creditada a todos os segurados a seu serviço, de forma coletiva por estabelecimento, mas deverá fazê-lo por obra de construção civil e por tomador de serviços, com a correspondente totalização e resumo geral.
- d) lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições sociais a cargo da empresa.
- e) fornecer ao contribuinte individual que lhes presta serviços, comprovante do pagamento de remuneração.

07- Deverão ser recolhidas até o dia dois do mês seguinte ao da ocorrência do seu fato gerador, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia do vencimento, as contribuições:

- a) incidentes sobre a receita bruta decorrente de qualquer forma de patrocínio, de licenciamento de uso de marcas e símbolos, de publicidade, de propaganda e transmissão de espetáculos desportivos, devida pela associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional.
- b) do segurado empregado doméstico.

c) do empregador doméstico.

d) descontadas da remuneração paga, devida ou creditada, aos segurados empregados.

e) do condutor autônomo de veículo rodoviário, inclusive o taxista, para o Serviço Social do Transporte – SEST.

08- Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (V) ou (F), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência.

() Para fatos geradores a partir de janeiro de 1995 não há atualização monetária.

() Para fatos geradores ocorridos a partir de janeiro de 1995 serão aplicados como juros de mora um por cento no mês de vencimento e um por cento no mês de pagamento, fora a taxa própria para os meses intermediários.

() A taxa de juros aplicada às contribuições sociais não recolhidas em época própria não poderá ser inferior a um por cento ao mês ou fração.

a) F F F

b) V V V

c) F V V

d) V V F

e) F F V

09- Leia cada um dos assertos abaixo e assinale (V) ou (F), conforme seja verdadeiro ou falso. Depois, marque a opção que contenha a exata seqüência.

() O segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social, ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração, que deixar de contribuir perde automaticamente a qualidade de segurado, para fins de receber benefícios.

() O irmão não emancipado, menor de 21 anos, válido para o trabalho, alista-se entre os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependente do segurado.

() Se o cônjuge que se divorcia abre mão dos alimentos, processa-se o cancelamento da inscrição de dependente, para fins de benefícios previdenciários.

a) V V V

b) F F F

c) V V F

d) F V V

e) F F V

10- Segundo a Lei n. 8.212, de 24 de julho de 1991,

- a) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, devidamente constituídos, decai em cinco anos.
- b) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, devidamente constituídos, prescreve em dez anos.
- c) o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após trinta anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o crédito poderia ter sido constituído.
- d) o direito de a Seguridade Social apurar e constituir seus créditos extingue-se após três anos contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, a constituição de crédito anteriormente efetuada.
- e) o direito de cobrar os créditos da Seguridade Social, constituídos na forma da lei e devidamente notificados ao sujeito passivo, prescreve em cinco anos contados da data do fato gerador.

11- A seguinte prestação (benefício) somente é concedida aos dependentes, não ao segurado:

- a) salário-família
- b) salário-maternidade
- c) auxílio-reclusão
- d) auxílio-acidente
- e) aposentadoria por invalidez

12- De acordo com os princípios constitucionais da Seguridade Social, é incorreta a seguinte opção:

- a) não incidirá contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral da Previdência Social de que trata o art. 201 da CF/88.
- b) podem ter alíquotas diferenciadas as contribuições sociais da empresa.
- c) poderá ser instituída contribuição social do trabalhador sobre o lucro e o faturamento.
- d) os entes federados descentralizados têm seu orçamento da Seguridade Social distinto do orçamento da União.
- e) a transferência de recursos para o Sistema Único de Saúde terá seus critérios definidos em lei.

13- De acordo com a Constituição Federal/88, as instituições poderão participar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, podendo elas participar de forma

- a) alternativa.
- b) supletiva.
- c) contributiva.
- d) complementar.
- e) suspensiva.

14- A Constituição Federal, no seu art. 194, parágrafo único, elenca os objetivos da Seguridade Social. Entre os quais, está correto:

- a) a diversidade de atendimento.
- b) a redutibilidade do valor dos benefícios.
- c) a equidade na forma de participação no custeio.
- d) a universalidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- e) a unicidade da base de financiamento.

15 - Nos termos da CF/88, no seu art. 194, parágrafo único, inciso VII, a gestão da Seguridade Social ocorre de forma

- a) descentralizada, democrática e quadripartite.
- b) centralizada, monocrática e quadripartite.
- c) centralizada, colegiada e quadripartite.
- d) descentralizada, colegiada e tripartite.
- e) descentralizada, monocrática e quadripartite.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16- A primordial fonte formal do Direito Administrativo no Brasil é

- a) a doutrina.
- b) a lei.
- c) a jurisprudência.
- d) os costumes.
- e) o *vade-mécum*.

17- Entre os requisitos ou elementos essenciais à validade dos atos administrativos, o que mais condiz, com o atendimento da observância do princípio fundamental da impessoalidade, é o relativo à / ao

- a) competência.
- b) forma.
- c) motivação.
- d) finalidade.
- e) objeto lícito.

18- A entidade da Administração Indireta, que se conceitua como sendo uma pessoa jurídica de direito público, criada por força de lei, com capacidade exclusivamente administrativa, tendo por substrato um patrimônio personalizado, gerido pelos seus próprios órgãos e destinado a uma finalidade específica, de interesse público, é a

- a) autarquia.
- b) empresa pública.
- c) fundação pública.
- d) sociedade de economia mista.
- e) agência reguladora.

19-As sociedades de economia mista, constituídas com capitais predominantes do Estado, são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública Indireta, são regidas pelas normas comuns aplicáveis às empresas particulares, estando fora do âmbito de incidência do Direito Administrativo.

- a) Correta esta assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque elas são pessoas jurídicas de direito público.
- c) Incorreta a assertiva, porque seus capitais são predominantes privados.
- d) Incorreta a assertiva, porque eles são de regime híbrido, sujeitando-se ao direito privado e, em muitos aspectos, ao direito público.
- e) Incorreta a assertiva, porque elas são de regime público, regidas exclusivamente pelo Direito Administrativo.

20-O ato administrativo, – para cuja prática a Administração desfruta de uma certa margem de liberdade, porque exige do administrador, por força da maneira como a lei regulou a matéria, que sofresse as circunstâncias concretas do caso, de tal modo a ser inevitável uma apreciação subjetiva sua, quanto à melhor maneira de proceder, para dar correto atendimento à finalidade legal, – classifica-se como sendo

- a) complexo.
- b) de império.
- c) de gestão.
- d) vinculado.
- e) discricionário.

21-O que existe em comum, sob o aspecto jurídico-doutrinário, entre a concessão, permissão e autorização de serviços públicos, é a circunstância de

- a) constituírem outorga a título precário.
- b) formalizarem-se por meio de ato administrativo unilateral.
- c) formalizarem-se por meio de contrato administrativo.
- d) serem atos administrativos discricionários.
- e) poderem ser modalidades de serviços públicos delegados a particulares.

22-À luz da Lei n. 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, não constitui forma de provimento nem de vacância de cargo, a figura

- a) da redistribuição.
- b) da promoção.
- c) da readaptação.
- d) da recondução.
- e) do aproveitamento.

23-À luz da Lei n. 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, não constitui benefício do Plano de Seguridade Social do Servidor, e sim direito ou vantagem, a

- a) licença por motivo de doença em pessoa da família.
- b) licença à gestante.
- c) licença para tratamento de saúde.
- d) licença por acidente em serviço.
- e) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórios.

24-A responsabilidade civil objetiva, da Administração Pública, compreende os danos causados aos particulares, até mesmo

- a) quando houver culpa do respectivo paciente.
- b) sem haver culpa ou dolo do seu agente, pelo ato ou fato danoso.
- c) sem nexos causal entre o ato ou fato e o dano.
- d) quanto aos atos predatórios de terceiros e fenômenos naturais.
- e) quando seu agente não agiu nessa condição, ao causar o dano.

25-O controle externo, exercido pelo Tribunal de Contas da União, quanto aos atos praticados pela Administração Pública Federal, relativos a concessões de aposentadorias, é característico do tipo

- a) concomitante.
- b) declaratório.
- c) jurisdicional.
- d) prévio.
- e) posterior.

DIREITO TRIBUTÁRIO

26-A competência tributária, assim entendido o poder que os entes políticos têm para instituir tributos, encontra limites na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional. Entre as limitações constitucionais ao poder de tributar, é incorreto afirmar que

- a) é vedado à União cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- b) é vedado aos entes políticos – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- c) é vedado aos entes políticos, em geral, utilizar tributo com efeito de confisco.
- d) é vedado à União conceder isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, exceto para os produtos definidos em lei como integrantes da denominada “cesta básica”.
- e) por meio de medida provisória, pode a União majorar imposto de sua competência.

27-Em relação às imunidades, avalie as afirmações abaixo e, em seguida, marque a opção correta.

- I. A diferença básica entre imunidade e isenção está em que a primeira atua no plano da definição da competência, e a segunda no plano do exercício da competência.
- II. As imunidades podem ser definidas em função de condições pessoais de quem venha a vincular-se às situações materiais que ensejariam a tributação.
- III. As imunidades podem ser definidas em função do objeto suscetível de ser tributado.
- IV. A Constituição, ao definir a competência, excepciona determinadas situações que, não fosse a imunidade, estariam dentro do campo da competência, mas por força da norma de imunidade, permanecem fora do alcance do poder de tributar.

- a) Há apenas um item correto.
- b) Todos os itens estão corretos.
- c) Há dois itens corretos.
- d) Há três itens corretos.
- e) Todos os itens estão errados.

28-Consoante decisões recentes dos Tribunais Superiores acerca do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, é incorreto afirmar-se que

- a) não incide ICMS na importação de bens por pessoa física ou jurídica que não seja contribuinte do imposto.
- b) é legítima a incidência do ICMS na comercialização de exemplares de obras cinematográficas, gravados em fitas de videocassete.
- c) não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento comercial do mesmo contribuinte.
- d) na entrada de mercadoria importada do exterior, é ilegítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
- e) o fornecimento de mercadorias com a simultânea prestação de serviços em bares, restaurantes e estabelecimentos similares constitui fato gerador do ICMS a incidir sobre o valor total da operação.

29-Com relação às medidas provisórias em matéria tributária é errôneo afirmar-se que

- a) caso institua ou majore tributo, só produzirão efeitos no exercício financeiro seguinte se forem convertidas em lei até o último dia daquele em que houver sido editada.
- b) na hipótese de veto do projeto de lei de conversão por parte do Presidente da República, a medida provisória deverá ser tida por rejeitada, cabendo ao Congresso Nacional, em sessenta dias, disciplinar, por Decreto Legislativo, as relações jurídicas decorrentes.

- c) o Supremo Tribunal Federal tem entendido que cabe ao chefe do Poder Executivo e ao Poder Legislativo a avaliação subjetiva das hipóteses de urgência que possam ensejar a edição de medida provisória.
- d) somente poderão ser instituídos ou majorados por medida provisória aqueles que não dependam de lei complementar.
- e) a medida provisória paralisa temporariamente a eficácia da lei que versava sobre a matéria, eis que, caso venha a ser rejeitada, restaura-se a eficácia da norma anterior.

30- Sobre a obrigação tributária acessória, é incorreto afirmar-se que

- a) tal como a obrigação principal, supõe, para o seu surgimento, a ocorrência de fato gerador.
- b) tem por objeto prestações positivas previstas na legislação tributária.
- c) objetiva dar meios à fiscalização tributária para a investigação e o controle do recolhimento de tributos.
- d) sua inobservância converte-se em obrigação principal, relativamente a penalidade pecuniária.
- e) realizar matrícula no cadastro de contribuintes, emitir nota fiscal e apresentar declarações ao Fisco constituem, entre outros, alguns exemplos.

31-Em relação ao domicílio tributário, é correto afirmar-se que

- a) este pode ser livremente eleito pelo sujeito passivo da obrigação tributária, não tendo a autoridade administrativa o poder de recusá-lo.
- b) relativamente às pessoas jurídicas de direito público, será considerado como seu domicílio tributário aquele situado no Município de maior relevância econômica da entidade tributante.
- c) quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, aquela que a autoridade administrativa assim eleger.
- d) no caso de pessoa jurídica de direito privado que possua mais de um estabelecimento, seu domicílio será aquele cuja escrituração contábil demonstre maior faturamento.
- e) é definido pelo lugar dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que tenham dado origem à obrigação tributária, na impossibilidade de aplicação dos critérios de identificação indicados pelo Código Tributário Nacional.

32 - Sobre as modalidades de lançamento do crédito tributário, podemos afirmar que

- a) lançamento por homologação é feito quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de calcular o tributo, submetê-lo ao prévio exame da autoridade administrativa, e realizar seu pagamento.
- b) o lançamento de ofício é aquele feito pela autoridade administrativa, com base nas informações prestadas pelo contribuinte.

- c) o lançamento por declaração é aquele feito em face da declaração prestada pelo próprio contribuinte ou por terceiro.
- d) a revisão do lançamento, em quaisquer de suas modalidades, pode ser iniciada mesmo após a extinção do direito da Fazenda Pública, nos casos de erro por parte do contribuinte.
- e) na hipótese do lançamento por homologação, não fixando a lei ou o regulamento prazo diverso para homologação, seu prazo será de cinco anos, contados do fato gerador.
- 33- De acordo com o art. 175 do Código Tributário Nacional, a isenção e a anistia excluem o crédito tributário. Por isso, podemos afirmar que
- a) a exclusão do crédito tributário dispensa, inclusive, o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.
- b) a anistia somente pode ser concedida em caráter geral.
- c) a isenção pode-se estender às taxas e às contribuições de melhoria, caso haja previsão legal.
- d) a isenção pode ser revogada ou modificada, em qualquer hipótese, por despacho fundamentado da autoridade competente para concedê-la.
- e) a anistia, como regra, abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede. Entretanto, esta lei poderá ter efeitos futuros, nas situações e condições que especificar.
- 34- Em determinadas situações, como para participar de processo licitatório promovido pela Administração Pública, a lei pode exigir que o contribuinte comprove estar em dia com os tributos e contribuições que deva recolher, por meio de certidão negativa. Sobre esta, podemos afirmar que
- a) tem os mesmos efeitos de certidão negativa documento firmado pela autoridade competente que indique a existência de crédito vincendo, ou sob execução garantida por penhora, ou com a exigibilidade suspensa.
- b) será sempre expedida nos termos em que tenha sido solicitada pelo interessado, no prazo de 15 (quinze) dias da data de entrada do requerimento na repartição.
- c) a certidão negativa expedida com culpa, dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o servidor que a expedir, pelo crédito e juros de mora acrescidos.
- d) caso o servidor seja responsabilizado pessoalmente, na via administrativa, pelo fornecimento de certidão que contenha erro contra a Fazenda Pública, não há que se falar em responsabilidade criminal.
- e) havendo permissão legal, poderá ser dispensada a prova de quitação de tributos, ou seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito.
- 35- É vedada a divulgação, por parte da Fazenda Nacional e de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Trata-se de regra contida no Código Tributário Nacional que consagra o sigilo fiscal, a que se submetem todos os servidores da administração tributária, que, no entanto, comporta algumas exceções.
- Avalie os itens abaixo e, em seguida, marque a opção correta.
- I. A autoridade judiciária pode requisitar informações protegidas por sigilo, no interesse da justiça.
- II. Não é vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- III. A Fazenda Pública da União poderá permutar informações com Estados estrangeiros no interesse da arrecadação e da fiscalização de tributos, independentemente de previsão em tratados, acordos ou convênios.
- IV. A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão permutar entre si informações sigilosas, desde que haja expressa previsão legal.
- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Há apenas um item correto.
- c) Há três itens corretos.
- d) Há dois itens corretos.
- e) Todos os itens estão errados.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

36- Atribua a letra (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a seqüência correta.

- () No âmbito do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), caso o país que perca um litígio não cumpra a decisão do Órgão de Solução de Controvérsias, o país vencedor pode ser autorizado a aplicar-lhe sanções comerciais.
- () É possível que dois países que façam parte do Mercosul levem um litígio à apreciação do sistema de solução de controvérsias da OMC ao invés de apresentá-lo ao mecanismo do Mercosul.
- () Tal como o sistema de solução de controvérsias da OMC, o mecanismo do Mercosul conta com uma instância capaz de analisar recursos contra as decisões proferidas em primeiro grau por seus árbitros.
- () As regras da OMC prevêm que um país possa ser expulso da Organização caso não cumpra uma decisão do seu Órgão de Solução de Controvérsias.
- () É possível que uma decisão do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul seja tomada mesmo não havendo consenso entre seus membros.

- a) F, F, V, F, F
- b) V, V, V, F, V
- c) V, F, V, V, F
- d) V, V, F, F, V
- e) V, F, V, F, F

37- O Tratado de Assunção, acordo constitutivo do Mercosul, define, em seu artigo 1º, os objetivos do bloco. Entre esses objetivos, não se inclui:

- a) A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-partes – como as de comércio exterior, fiscal, monetária, cambial e alfandegária, entre outras –, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados-partes.
- b) O compromisso de os Estados-partes harmonizarem suas legislações nas áreas pertinentes.
- c) Alivre-circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os Estados-partes do bloco.
- d) A definição de uma moeda comum, uma vez constituído o mercado comum e harmonizadas as políticas monetária, fiscal e cambial.
- e) A adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados.

38- Assinale a opção correta.

- a) Na qualidade de membros associados do Mercosul, Chile e Bolívia também aplicam a Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco.
- b) A Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) contém capítulos destinados não apenas a bens, mas também a serviços. Por sua vez, o Sistema Harmonizado (SH) diz respeito apenas à classificação aduaneira de bens.
- c) O Grupo Mercado Comum, órgão máximo na estrutura do Mercosul, tem poderes para, por consenso, tomar decisões obrigatórias para os membros do bloco.
- d) Ainda não foram definidas regras que tenham por objeto a defesa da concorrência no âmbito do Mercosul.
- e) Atualmente, é possível que um membro do Mercosul aplique uma medida *antidumping* contra outro membro do bloco.

39- Assinale a opção incorreta.

- a) Entre os países que participam do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC) estão, por exemplo, o Brasil, a Argentina, a Colômbia e o México.
- b) Em regra, a prova documental necessária para que o produto se beneficie do tratamento tributário preferencial do Sistema Geral de Preferência (SGP) é o Formulário A.
- c) Com base no Sistema Geral de Preferências (SGP), o Brasil concede vantagens na importação de alguns produtos originários de países em desenvolvimento, ao reduzir o imposto de importação incidente sobre eles.
- d) Para que um exportador brasileiro se beneficie do tratamento preferencial do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), é necessário que obtenha um Certificado de Origem do SGPC, emitido pelas Federações de Indústrias credenciadas para tanto.
- e) Ao mesmo tempo em que certas importações feitas pelo Brasil podem-se beneficiar do SGPC, certas exportações brasileiras também se beneficiam do mesmo regime.

40- A medida de defesa comercial que restringe as importações de um determinado produto, cujo surto de importações esteja causando dano ou ameaça de dano à indústria doméstica, é denominada:

- a) medida *antidumping*.
- b) medida compensatória.
- c) *drawback*.
- d) salvaguarda.
- e) cota às importações.

41- No Brasil, a formulação das diretrizes básicas da política tarifária na importação e exportação é de competência do(a)

- a) Ministério das Relações Exteriores.
- b) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- c) Ministério da Fazenda.
- d) Casa Civil da Presidência da República.
- e) Câmara de Comércio Exterior.

42- Atribua a letra **(V)** para as afirmativas verdadeiras e **(F)** para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a seqüência correta.

- () Compete ao importador escolher o método de definição do valor aduaneiro aplicável à sua operação, entre os previstos no Acordo sobre Valoração Aduaneira da Organização Mundial do Comércio (OMC) e na legislação brasileira.
 - () Mesmo que a mercadoria a ser importada tenha seu valor comercial reduzido em função de dano ou acidente, não poderá haver redução no valor aduaneiro a ser definido para fins de cálculo dos tributos aplicáveis.
 - () O valor aduaneiro de bens importados deve ser o valor de transação, isto é, o preço de comercialização de bem idêntico no mercado interno.
 - () Caso não seja possível a determinação do valor aduaneiro do bem pelo seu valor de transação, a autoridade aduaneira está autorizada a, em seguida, definir o valor aduaneiro a partir do método da construção de preço.
- a) F, F, F, F
 - b) V, F, V, F
 - c) V, V, F, F
 - d) F, F, V, F
 - e) F, V, F, V

43- A respeito das fórmulas contratuais usualmente aplicadas aos Contratos Internacionais de Compra e Venda de Mercadorias (INCOTERMS), associe as colunas a seguir e, depois, assinale a opção que contenha a seqüência correta.

- 1) FCA
- 2) CFR
- 3) EXW
- 4) FOB
- 5) FAS

() A obrigação básica do vendedor consiste em disponibilizar a mercadoria no seu próprio estabelecimento, para que então transfira a responsabilidade sobre ela para o comprador.

- () Ao vendedor cabe arcar com todas as despesas até o momento em que a mercadoria é colocada a bordo do navio indicado pelo comprador, no porto de embarque.
- () É de responsabilidade do vendedor disponibilizar a mercadoria a bordo do navio indicado pelo comprador e arcar com o frete até o porto de destino.
- () Ao vendedor compete entregar a mercadoria ao transportador indicado pelo comprador, no local determinado, momento a partir do qual a responsabilidade pelo bem corre por conta do comprador.
- () Compete ao vendedor arcar com todas as despesas, incluindo a liberação para a exportação, até o momento em que a mercadoria é colocada ao lado do costado do navio, no porto de embarque.

- a) 1, 4, 2, 5, 3
- b) 3, 2, 4, 1, 5
- c) 3, 4, 2, 1, 5
- d) 1, 5, 3, 2, 4
- e) 3, 4, 1, 2, 5

44- Assinale a opção correta.

- a) A arbitragem de câmbio refere-se à transferência de moedas de uma praça para outra, com vistas à obtenção de vantagens relativas à diferença temporária de preços.
- b) No Brasil, é facultativa a intervenção bancária para a operação de compra e venda de divisas estrangeiras.
- c) No que atine à estrutura do mercado cambial, os exportadores se incluem no grupo comprador de divisas, ao passo em que os importadores fazem parte do grupo vendedor de divisas.
- d) O *swap* cambial consiste na diferença entre o valor de compra da moeda estrangeira e seu valor de venda, e representa o ganho do banco.
- e) A desvalorização cambial de um país contribui para o aumento de suas importações.

45- Após enviar a mercadoria ao seu destinatário, o exportador entrega a um banco de sua preferência os documentos relativos a essa operação para que então o estabelecimento bancário, a partir de um correspondente seu na praça do importador, possa cobrar o pagamento da transação e liberar os documentos que serão necessários ao desembaraço aduaneiro do bem. Esta modalidade de pagamento, comum nas operações internacionais de compra e venda de mercadorias, é denominada:

- a) Adiantamento de cambiais entregues.
- b) Remessa sem saque.
- c) Crédito documentário.
- d) Cobrança a vista.
- e) Remessa antecipada.

DIREITO CONSTITUCIONAL

46- Sobre princípios fundamentais na Constituição de 1988, marque a única opção correta.

- a) Por ser o Brasil uma federação, é reconhecida, na Constituição brasileira, a autonomia de Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.
- b) Em função da forma de governo adotada na Constituição de 1988, existe a obrigação de prestação de contas por parte da administração pública.
- c) Em razão da independência funcional, um dos elementos essenciais do princípio de separação dos poderes, o exercício das funções que integram o poder político da União é exclusivo.
- d) Segundo a doutrina, não se constitui em um princípio do Estado Democrático de Direito o princípio da constitucionalidade, o qual estaria ligado apenas à noção de rigidez constitucional.
- e) A concessão de asilo diplomático é um dos princípios que rege o Brasil nas suas relações internacionais, conforme expressa previsão no texto da Constituição Federal de 1988.

47- Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, marque a única opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, as entidades associativas têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, apenas quando expressamente autorizadas.
- b) O ingresso na casa, sem consentimento do proprietário, só poderá ocorrer em caso de flagrante delito ou desastre ou, durante o dia, para a prestação de socorro.
- c) Segundo a Constituição Federal de 1988, a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio permanente para sua utilização, bem como proteção às criações industriais e à propriedade das marcas.
- d) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, sendo assegurada ao proprietário, nos termos da Constituição Federal, a indenização pelo uso, independentemente de dano.
- e) No texto constitucional brasileiro, o direito de reunião pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, não sofre qualquer tipo de restrição.

48- Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, marque a única opção correta.

- a) Estabelece a Constituição Federal que não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento escusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.
- b) Nos termos da Constituição Federal, não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

c) Com relação ao direito, a todos assegurado, de não ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei, o sentido do termo "lei" é restrito, não contemplando nenhuma outra espécie de ato normativo primário.

d) A Constituição Federal, como estímulo para que qualquer cidadão proponha ação popular visando a anular ato lesivo ao patrimônio público, estabelece que essa ação é isenta de custas e, em nenhuma hipótese, poderá haver condenação do autor no ônus da sucumbência.

e) Nos termos da Constituição Federal, conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo de uma pessoa de permanecer em determinado local, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público.

49- Sobre direitos e deveres individuais e coletivos, marque a única opção correta.

a) A impossibilidade de concessão de fiança para indiciados em crimes de tortura implica que esse indiciado não poderá responder ao processo judicial em liberdade.

b) A proteção da honra, prevista no texto constitucional brasileiro, que se materializa no direito a indenização por danos morais, aplica-se apenas à pessoa física, uma vez que a honra, como conjunto de qualidades que caracterizam a dignidade da pessoa, é qualidade humana.

c) A doutrina e a jurisprudência reconhecem que a igualdade de homens e mulheres em direitos e obrigações, prevista no texto constitucional brasileiro, é absoluta, não admitindo exceções destinadas a compensar juridicamente os desníveis materiais existentes ou atendimento de questões socioculturais.

d) Nos termos definidos na Constituição Federal, a objeção de consciência, que pode ser entendida como impedimento para o cumprimento de qualquer obrigação que conflite com crenças religiosas e convicções filosóficas ou políticas, não poderá ser objeto de nenhuma espécie de sanção sob a forma de privação de direitos.

e) A competência da União para legislar sobre as condições para o exercício de profissões é uma restrição à liberdade de ação profissional.

50- Sobre direitos sociais, marque a única opção correta.

a) A duração do trabalho normal tem previsão constitucional, não havendo a possibilidade de ser estabelecida redução da jornada de trabalho.

b) Nos termos da Constituição Federal, a existência de seguro contra acidentes de trabalho, pago pelo empregador, impede que ele venha a ser condenado a indenizar o seu empregado, em caso de acidente durante a jornada normal de trabalho.

- c) A Constituição Federal assegura, como regra geral, a participação do empregado na gestão da empresa, salvo disposição legal em contrário.
- d) A irredutibilidade do salário não é um direito absoluto do empregado, podendo ocorrer redução salarial, desde que ela seja aprovada em convenção ou acordo coletivo.
- e) Não integra os direitos sociais, previstos na Constituição Federal, a assistência aos desamparados.
- 51- Sobre direitos sociais e nacionalidade brasileira, marque a única opção correta.
- a) Nos termos da Constituição Federal, o repouso semanal é remunerado e deve ser concedido aos domingos.
- b) A assistência gratuita aos filhos e dependentes do trabalhador em creches e pré-escolas só é garantida desde o nascimento até a idade de seis anos.
- c) Ao adotar o *jus solis* como critério para aquisição da nacionalidade brasileira nata, a Constituição Federal assegura que todos os filhos de estrangeiros nascidos no Brasil serão brasileiros.
- d) A regra especial de aquisição da nacionalidade brasileira para os nascidos em países de língua portuguesa, prevista no texto constitucional, estabelece que esses estrangeiros necessitam apenas comprovar residência por um ano ininterrupto e inexistência de condenação penal transitada em julgado.
- e) Havendo reciprocidade, um português poderia ser oficial das Forças Armadas brasileira.
- 52- Sobre nacionalidade brasileira e a organização e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, marque a única opção correta.
- a) Um brasileiro nato poderá perder a nacionalidade brasileira em razão de condenação penal transitada em julgado, decorrente de prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira só terão sua nacionalidade nata reconhecida se vierem a residir no Brasil e optarem, em qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.
- c) A criação de um novo Estado, a partir do desmembramento de parte de um Estado já existente, depende de aprovação pela população do Estado a ser desmembrado, por meio de plebiscito estadual, e de promulgação e publicação de lei complementar, cujo projeto foi aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República.
- d) Compete à União explorar diretamente, ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual e intermunicipal de passageiros.
- e) O ouro de uma mina localizada na área do município "A" pertence à União; porém, o município tem direito à participação no resultado da exploração do ouro ou compensação financeira por essa exploração.
- 53- Sobre organização e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, marque a única opção correta.
- a) Obedecendo ao princípio geral de repartição de competência adotado pela Constituição de 1988, a exploração dos serviços locais de gás canalizado foi reservada para os municípios.
- b) O parecer prévio sobre as contas anuais do Prefeito, emitido pelo órgão que auxilia a Câmara Municipal no exercício do controle externo, é meramente indicativo, podendo ser rejeitado pela maioria simples dos membros do Poder Legislativo Municipal.
- c) Se um prefeito municipal realizar o repasse de recursos do Poder Legislativo Municipal após o dia vinte de cada mês, ele estará incorrendo em hipótese de crime de responsabilidade.
- d) Em razão de sua autonomia administrativa, para criar, organizar e suprimir distritos, o município não é obrigado a observar a legislação estadual.
- e) Após a Constituição de 1988, ficou vedada a criação, no âmbito do Estado, de Tribunal de Contas dos Municípios.
- 54- Sobre organização e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e sobre Administração Pública, marque a única opção correta.
- a) Nos termos da Constituição Federal, a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar do Distrito Federal deverá ser disciplinada em lei distrital, pois esses órgãos são subordinados ao Governador do Distrito Federal.
- b) A Lei Orgânica do Distrito Federal, embora tenha, segundo a doutrina, *status* de Constituição Estadual, disporá sobre competências legislativas reservadas aos municípios.
- c) A Constituição assegura, sem restrições, o acesso de brasileiros e estrangeiros a cargos públicos.
- d) Conforme disciplina constitucional, nenhum concurso poderá ter prazo de validade inferior a dois anos.
- e) Havendo novo concurso público, durante o prazo de validade de concurso anterior, será dada prioridade para a convocação dos primeiros classificados no novo concurso, em razão do princípio da eficiência, que implica obter melhor qualidade para o serviço público.

55-Sobre organização e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, marque a única opção correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal, é competência da União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano.
- b) Um Estado ao aprovar uma lei sobre produção e consumo estará invadindo competência legislativa privativa da União.
- c) Em relação à disciplina legal de determinada matéria submetida à competência legislativa concorrente entre União e Estados, a colisão entre a norma estadual e a norma federal implica a revogação da lei estadual, por expressa previsão constitucional.
- d) Em razão de alteração promovida por emenda constitucional, a ilha costeira que seja sede da capital do Estado passou a ser considerada bem estadual.
- e) Em razão da responsabilidade objetiva do Estado, a responsabilidade civil do Estado brasileiro por danos nucleares pode ser afastada se for demonstrada a inexistência de culpa da União.

56-Sobre organização e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, marque a única opção correta.

- a) Disciplinar a propaganda comercial é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) De acordo com a técnica de repartição de competência adotada na Constituição Federal, as competências estaduais são sempre remanescentes ou reservadas.
- c) Segundo a Constituição Federal de 1988, todas as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, que estejam exclusivamente dentro de seu território, serão bens dos Estados.
- d) O subsídio dos Deputados Estaduais, que é fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, tem por limite o valor correspondente a um percentual, definido na Constituição Federal, que é aplicado sobre o subsídio, em espécie, estabelecido para os Deputados Federais.
- e) A inviolabilidade do Deputado Estadual por opiniões, palavras e votos só se aplica a atos praticados no estrito exercício de sua atividade parlamentar e está restrita à circunscrição estadual.

57-Sobre organização e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, marque a única opção correta.

- a) O subsídio dos Vereadores, fixado por ato da Câmara Municipal, nos termos da Constituição Federal, só entrará em vigência no ano seguinte ao da publicação do ato, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os limites máximos estabelecidos no texto constitucional.

b) A eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito de um município só terá segundo turno se, simultaneamente, nenhum dos candidatos obtiver a maioria absoluta dos votos válidos e o município tiver mais de duzentos mil habitantes.

c) Para fins de verificação da adequação do total da despesa do Poder Legislativo municipal com o limite estabelecido no texto constitucional, os gastos com os subsídios dos Vereadores devem ser incluídos no valor total da despesa e os gastos com inativos, excluídos.

d) Os prefeitos serão julgados, em razão de ilícitos penais e cíveis, pelo Tribunal de Justiça do Estado.

e) O município não possui competência para suplementar a legislação federal, cabendo-lhe, tão-somente, a suplementação da legislação estadual.

58-Sobre Administração Pública, marque a única opção correta.

a) Nos termos da Constituição Federal, é garantido ao servidor público civil o direito à associação sindical, nos termos definidos em lei específica.

b) A remuneração dos servidores públicos deve ser fixada por lei específica, assegurada a revisão geral anual, depois de decorrido o prazo mínimo de um ano do último reajuste concedido à categoria.

c) A acumulação remunerada de um cargo de professor com outro, técnico ou científico, é possível se houver correlação de matérias e compatibilidade de horários.

d) Para fins de aplicação do limite imposto pela Constituição Federal à remuneração dos servidores públicos, devem ser computados proventos, pensões ou outras espécies remuneratórias, percebidos cumulativamente com a remuneração, bem como as vantagens pessoais, e excluídas as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

e) O limite remuneratório imposto pela Constituição Federal não pode ser aplicado às empresas públicas e às sociedades de economia mista, por serem elas pessoas jurídicas de direito privado.

59-Sobre Administração Pública, marque a única opção correta.

a) A proibição de acumulação remunerada de funções e empregos públicos não se estende às sociedades que são apenas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

b) A autorização para a criação de subsidiárias de sociedade de economia mista deve ser feita, por lei específica, caso a caso, sendo vedada uma autorização geral feita por meio de lei.

c) Todas as obras, compras, alienações e serviços realizados no âmbito da Administração Pública deverão ser contratados mediante processo de licitação.

- d) Para evitar a duplicidade de sanção, os atos de impropriedade administrativa que importarem em suspensão dos direitos políticos, em razão de trânsito em julgado de sentença condenatória em ação de improbidade administrativa, não poderão ser apreciados no âmbito de uma ação penal.
- e) As administrações tributárias da União e dos Estados poderão compartilhar cadastros e informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

60- Sobre Administração Pública, marque a única opção correta.

- a) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por servidor público que causem danos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
- b) A Constituição Federal não permite que nenhum servidor perceba, simultaneamente, proventos de aposentadoria pagos pelo regime de previdência do servidor público e remuneração de um cargo público.
- c) Os Estados não podem, mediante previsão em suas Constituições estaduais, fixar o subsídio mensal dos desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça como limite único para a remuneração dos servidores públicos estaduais.
- d) O servidor público investido no mandato de vereador poderá sempre optar por perceber as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- e) Apenas nos casos em que uma sociedade de economia mista é prestadora de serviço público considerado essencial à segurança nacional, a lei poderá dispor sobre os requisitos e as restrições para quem nela ocupe cargo que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

CONTABILIDADE GERAL

61- Assinale a opção que contém a afirmativa incorreta.

- a) No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.
- b) Os ingressos e os custos, as receitas e as despesas, os ganhos e as perdas, bem como todos os encargos do exercício social devem constar na Demonstração do Resultado do Exercício.
- c) Entre os componentes do passivo podemos encontrar as exigibilidades, as dívidas, os credores, bem como todo e qualquer débito da empresa para com seus agentes.
- d) No ativo, as contas serão dispostas em ordem crescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, em grupos especificados na lei.
- e) Entre os componentes do ativo devem ser evidenciados os estoques, as disponibilidades, os créditos, como também os bens de uso, de renda e de consumo, existentes na data do balanço.

62- No encerramento do exercício de 2005, a empresa Javeli S/A promoveu a contabilização do encargo de depreciação do exercício, no valor de R\$ 12.000,00; da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R\$ 7.000,00, e da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, no valor de R\$ 17.000,00.

Com o registro contábil dos fatos indicados a empresa teve seu ativo patrimonial diminuído em

- a) R\$ 12.000,00.
- b) R\$ 24.000,00.
- c) R\$ 19.000,00.
- d) R\$ 29.000,00.
- e) R\$ 36.000,00.

63- Para manter a margem de lucro bruto de 10% sobre as vendas, a empresa Méritus e Pretéritus Limitada, cujo custo é composto de CMV de R\$146.000,00 e ICMS sobre Vendas de 17%, terá de obter receitas brutas de vendas no montante de

- a) R\$ 200.000,00.
- b) R\$ 185.420,00.
- c) R\$ 187.902,00.
- d) R\$ 193.492,00.
- e) R\$ 182.500,00.

64- Uma máquina de uso próprio, depreciable, adquirida por R\$15.000,00 em março de 1999 e instalada no mesmo dia com previsão de vida útil de dez anos e valor residual de 20%, por quanto poderá ser vendida no mês de setembro de 2006, sem causar ganhos nem perdas contábeis?

Referido bem, nas condições acima indicadas e sem considerar implicações de ordem tributária ou fiscal, poderá ser vendido por

- a) R\$ 5.400,00.
- b) R\$ 5.900,00.
- c) R\$ 3.900,00.
- d) R\$ 3.625,00.
- e) R\$ 3.000,00.

65- Assinale abaixo a opção que contém a afirmativa incorreta.

Em relação à Escrituração, a Lei n. 6.404/76 e alterações pertinentes determinam que

- a) as demonstrações financeiras serão assinadas pelos administradores, por contabilistas legalmente habilitados e pelos proprietários da companhia.
- b) os registros devem observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo.
- c) as mutações patrimoniais devem ser registradas de acordo com o regime de competência.
- d) as diferenças entre os princípios contábeis e as determinações de leis fiscais serão observadas em registros auxiliares.
- e) a escrituração da companhia será mantida em registros permanentes.

66- Ao contratar um empréstimo no Banco do Brasil para reforço de capital de giro, a empresa Tomadora S/A contabilizou:

débito de Bancos c/Movimento	R\$ 500,00
crédito de Empréstimos Bancários	R\$ 500,00
crédito de Juros Passivos	R\$ 40,00

Para corrigir esse lançamento em um único registro a empresa deverá contabilizar:

- a) débito de Juros Passivos R\$ 80,00
crédito de Bancos c/Movimento R\$ 40,00
- b) débito de Bancos c/Movimento R\$ 460,00
débito de Juros Passivos R\$ 40,00
crédito de Empréstimos Bancários R\$ 500,00
- c) débito de Bancos c/Movimento R\$ 540,00
crédito de Empréstimos Bancários R\$ 500,00
crédito de Juros Ativos R\$ 40,00
- d) débito de Juros Passivos R\$ 40,00
crédito de Bancos c/Movimento R\$ 40,00
- e) débito de Bancos c/Movimento R\$ 500,00
débito de Juros Passivos R\$ 40,00
crédito de Empréstimos Bancários R\$ 540,00

67- As contas e saldos abaixo são da escrituração contábil da firma Experiência Experimental Ltda., ao fim do exercício de 2005.

Aluguéis Ativos	R\$ 20.000,00
Bancos conta Movimento	R\$ 40.000,00
Capital a Realizar	R\$ 10.000,00
Capital Social	R\$ 88.000,00
Custo das Vendas	R\$ 65.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 18.000,00
Despesas de Juros	R\$ 16.000,00
Duplicatas a Pagar	R\$ 40.000,00
Duplicatas a Receber	R\$ 50.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 10.000,00
Fornecedores	R\$ 75.000,00
Material de Consumo	R\$ 4.000,00
Mercadorias	R\$ 60.000,00
Móveis e Utensílios	R\$ 80.000,00
Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa	R\$ 2.000,00
Provisão p/Imposto de Renda	R\$ 5.000,00
Receitas de Vendas	R\$ 110.000,00
Reserva Legal	R\$ 9.000,00
Reservas de Capital	R\$ 13.000,00
Salários	R\$ 15.000,00
Veículos	R\$ 70.000,00

A relação não constitui, necessariamente, um balancete fechado, em virtude da omissão proposital de alguns saldos, mas, uma vez organizadas por natureza de saldo, mesmo mantendo-se a eventual diferença inicial, essas contas vão evidenciar os seguintes valores.

Assinale a opção correta.

- a) saldos devedores R\$ 400.000,00.
- b) saldos credores R\$ 380.000,00.
- c) ativo R\$ 290.000,00.
- d) passivo exigível R\$ 115.000,00.
- e) patrimônio líquido R\$ 130.000,00.

68- A Lei n. 6.404/76 e as alterações pertinentes estabelecem que na Demonstração de Resultado do Exercício seja evidenciada a lucratividade absoluta, indicando-se o montante, em reais ou fração, do lucro obtido por ação do capital social.

A empresa Revendas Comerciais S/A, cujo capital social é constituído de 600 mil ações, apresentou os seguintes dados em relação ao exercício de 2005:

Reserva Legal	R\$ 30.000,00
Reservas Estatutárias	R\$ 45.000,00
Participações Estatutárias	R\$ 18.000,00
Provisão para Imposto de Renda	R\$ 40.000,00
Receita Líquida de Vendas	R\$ 225.000,00
Lucro Operacional Bruto	R\$ 145.000,00
Lucro Operacional Líquido	R\$ 106.000,00
Lucro Não-Operacional	R\$ 24.000,00
Capital Social	R\$ 800.000,00

No caso ora apresentado, baseado apenas nas informações fornecidas, podemos dizer que o lucro por ação do capital social a ser indicado na última linha da DRE foi da ordem de

- a) R\$ 0,15 por ação.
- b) R\$ 0,11 por ação.
- c) R\$ 0,12 por ação.
- d) R\$ 0,09 por ação.
- e) R\$ 0,08 por ação.

69 - O Contador da empresa Comercial de Laticínios S.A., cujos estatutos sociais determinavam o pagamento de 10% dos lucros como participação aos empregados, teve de informar à Assembléia Geral o valor absoluto dessa participação no exercício em que o lucro líquido foi de R\$ 300.000,00, a reserva legal foi constituída de R\$ 5.000,00, a participação estatutária de administradores foi de R\$ 12.000,00, e o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram provisionados em R\$ 75.000,00.

Com fulcro nessas informações, o referido contador pode afirmar que a participação de empregados foi de

- a) R\$ 30.000,00.
- b) R\$ 22.000,00.
- c) R\$ 22.500,00.
- d) R\$ 21.800,00.
- e) R\$ 21.300,00.

70- No período selecionado para esse estudo, foi constatada a seguinte movimentação de mercadorias isentas de qualquer tributação:

- 1) estoques anteriores de 1.500 unidades, avaliados em R\$ 30,00 por unidade;
- 2) entradas de 2.300 unidades, adquiridas a prazo a R\$ 40,00 cada uma;
- 3) saídas de 2.100 unidades, vendidas a vista a R\$ 50,00 cada uma.

Sabendo-se que sob o critério PEPS os estoques serão avaliados ao custo das últimas entradas e que no referido período houve a devolução de 200 unidades vendidas, podemos dizer que o CMV foi de

- a) R\$ 76.000,00.
- b) R\$ 69.000,00.
- c) R\$ 68.400,00.
- d) R\$ 57.000,00.
- e) R\$ 61.000,00.



Escola de Administração Fazendária

www.esaf.fazenda.gov.br



www.receita.fazenda.gov.br